



INTRODUÇÃO

A fidelidade aos fatos e a veracidade ao relatá-los são as pedras de toque de qualquer jornalismo que se suponha sério. Afinal, o maior patrimônio de uma empresa jornalística – e, principalmente, dos jornalistas que a compõem – é a credibilidade que seu público leitor lhe empresta. Há uma espécie de contrato tácito: um lado (o jornal) se compromete a relatar de forma veraz o fato, enquanto o outro lado (o leitor) aceita esse relato como verdade e confia. Avalizando esse “contrato” está a ética, que determina a conduta que – nesse caso específico – o jornalista deve ter perante a sociedade. Uma conduta que o repórter Jayson Blair, do americano *The New York Times*, infringiu e cujas ações e conseqüências serão o objeto deste artigo.

Ética de papel

MARCELLO ROLLEMBERG

Do grego *ethos*, ética determina o caráter social e cultural de uma sociedade, sua maneira de ser. “Na essência, ética diz respeito ao estudo das fronteiras entre o que é considerado certo ou errado [...] É a ciência que estuda os costumes e os atos humanos e que tem como objeto a moral” (Peruzzo, 2002, p. 73). O pensar e o definir a ética têm sido motivo de estudos ao longo dos séculos desde tempos clássicos, com Aristóteles, passando por pensadores como Kant e Max Weber, cada um traçando sua linha de raciocínio, mas deixando claro um ponto em comum:

MARCELLO ROLLEMBERG
é jornalista, escritor,
professor universitário
e mestrando em
Ciências da Comunicação
na ECA-USP.



ética não é estudo teórico, mas sim práxis. É exercício constante e sem privilégios, como já apontava Aristóteles em seu *Ética a Nicômano*, quando diz que “o estudo não é teórico como os outros (pois estudamos não para saber o que é a virtude, mas para sermos bons, já que de outra maneira não tiraríamos nenhum proveito dela). Devemos examinar o que é relativo às ações, como realizá-las, pois elas são as principais causas da formação dos diversos modos de ser”. Nesse conjunto de ações não cabe talvez fazer distinções entre a ética desta ou daquela categoria profissional, mas sim levar a cabo uma postura ética como um todo, uma prática social e cultural que rege o comportamento do indivíduo dentro de uma sociedade, como lembra Mayra Rodrigues Gomes:

“Temos sim um conjunto de valores, mas estes nunca se colocam tendo como eixo apenas o campo profissional. Como tudo que se refere às sociedades, esses valores têm um caráter sistêmico e só se inscrevem (só podem fazê-lo) em adequação aos valores que são consensuais. Um código profissional não pode estar em conflito com um jurídico, por exemplo, sob risco das penalidades da lei; também não pode ir na contramão dos valores idealizados e expor-se à exclusão” (Gomes, 2002, p. 19).

Mas como nosso foco é o jornalismo e o quanto um ato profissional que ignora os preceitos éticos pode ser danoso não apenas à imprensa mas a toda uma coletividade, maculando a credibilidade e a confiabilidade que devem fundamentar as relações, convém citar Eugênio Bucci, que em seu livro *Sobre Ética e Imprensa* afirma que

“A ética jornalística não se resume a uma normatização do comportamento de repórteres e editores; encarna valores que só fazem sentido se forem seguidos tanto por empregados da mídia como por empregadores – e se tiverem como seus vigilantes os cidadãos do público” (Bucci, 2000, p. 12).

É quando esses valores são esquecidos que se dão a ruptura, o questionamento, a dúvida – esta última, o golpe fatal para qualquer veículo de comunicação. No caso recente de Jayson Blair, praticamente todas as postulações feitas até hoje sobre ética referentes à profissão – e sobre a conduta individual de uma forma geral – foram derrubadas por um único homem. “É um tremendo olho roxo” (*Folha de S. Paulo*, 12/5/03), bem definiu Arthur Sulzberger Junior, presidente do conselho da The New York Times Company, cuja família controla o jornal há 107 anos. Mas este golpe não atingiu apenas uma instituição jornalística sólida com mais de um século de existência, talvez o mais prestigiado jornal do planeta – atingiu também o próprio fazer jornalístico desta contemporaneidade, colocando na berlinda uma atitude profissional e ética, como veremos mais adiante.

DE FATO E DE FICÇÃO

O caso Jayson Blair veio à tona no começo de maio último, quando o próprio *NYT*, em uma atitude inédita, abriu espaço em quatro de suas páginas internas – além de chamada na primeira página – para apresentar as conclusões a que uma investigação interna havia chegado. Instada por denúncias e reclamações provenientes das mais variadas fontes, desde leitores até outras publicações, a investigação do *NYT* encontrou um desfecho alarmante: das 73 reportagens assinadas por Blair desde outubro de 2002, nada menos do que 36 tinham problemas sérios que feriram de morte todos os procedimentos do fazer jornalístico. O repórter de 27 anos – que se demitiu em 1º de maio – inventou entrevistas, criou personagens, plagiou ou deu como suas reportagens de outros veículos, mentiu quanto a viagens que supostamente havia feito sem nunca, na verdade, ter saído de Nova York e deturpou informações. Ou seja, Blair foi contra todos os preceitos morais e éticos que regem a conduta profissional do jornalista e, em suma, que regem



as próprias ações do indivíduo inserido na sociedade. Ao faltar com a verdade, inventar, deturpar, ele não só infringiu uma conduta profissional, mas atacou o ideário de procedimento social.

No caso específico do jornalismo, Jayson Blair rasgou a regra mais cara à profissão que, independente de localização geográfica, rege sua atitude ética por todo o planeta. Tomemos como exemplo o artigo 7^a do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que diz: “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e o seu trabalho pauta-se pelo apuramento preciso dos acontecimentos e a sua correta divulgação” (apud Gomes, 2002). Não conhecemos o código de ética que determina o procedimento do jornalismo americano, mas certamente não diferirá na essência deste que acabamos de citar.

Se Blair feriu a postura ética de sua profissão, ele, como indivíduo, também quebrou todas as regras estabelecidas que, se se apresenta em um primeiro momento na ruptura de um acordo com o leitor, de fato se mostra em sua totalidade na fração com a sociedade.

“Não estaremos indo longe demais ao vermos nessa forma de pacto com o leitor a reverberação de uma outra há muito tempo enunciada. Quando Kant nos fala sobre o falso testemunho, em meio a outros exemplos como o da ambição por dinheiro, é para mostrar-nos a impossibilidade de que essas ações, embora eventualmente correspondam a princípios particulares, sejam erigidas à categoria de lei. Os interesses de cada um entrariam em conflito e não haveria garantia das condições em que até esses princípios pudessem realizar-se” (Gomes, 2002, p. 36).

Esse corolário de atitudes perpetradas por Blair, no entanto, passou aparentemente despercebido pelo alto escalão do jornal. Apenas quando a situação se tornou insustentável é que Howell Raines, diretor de redação, e Gerald M. Boyd, editor executivo, determinaram a investigação interna. No dia 6 de junho, pouco mais de um mês

depois da histórica primeira página de *mea culpa* do NYT – em uma tentativa de reatar os laços de credibilidade entre veículo e leitor, de reestruturar o pacto trincado por Blair –, os dois se demitiram, em uma atitude que visava mais uma vez a recuperar a credibilidade arranhada do jornal, assim como a apaziguar os ânimos dentro da redação. O gesto de Raines e Boyd, contudo, não deslindou a questão mais séria: como Blair fez o que fez sem ser sequer admoestado – e por quê? Podemos elencar determinadas respostas, algumas delas já relacionadas por veículos de comunicação de várias latitudes – no Brasil, a *Folha de S. Paulo* talvez tenha sido o jornal a mais se debruçar sobre o caso – e há outras ainda por serem melhor determinadas.

Uma delas diz respeito à questão racial, que pode parecer simplista à primeira vista, mas tem profunda conotação dentro da sociedade americana. Blair é negro e sua ascensão dentro do *The New York Times* fazia parte de uma “ação afirmativa” do jornal, que visava a dar mais espaço a minorias dentro da redação – Blair, inclusive, evocou sua condição de negro perante uma sociedade branca para, em uma entrevista, tentar justificar suas atitudes (*Folha de S. Paulo*, 26/5/03). Foi justamente por temer que qualquer admoestação a Blair pudesse ser tomada como uma ação racista que Raines e Boyd – que também é negro – esperaram até a undécima hora para agir, quando já era tarde. Essa postura, que traduz de forma deturpada a questão do “politicamente correto” que desde o final do século passado tenta determinar a conduta ética (e moral) da sociedade, a americana principalmente, antes de ser positiva, encerra na verdade um condicional de temor que delimita outras fronteiras do social e congela ações, invertendo óticas. Para utilizar a expressão kantiana, o homem não deve agir só conforme o dever, mas por dever. Os chefes do NYT esqueceram disso. Jayson Blair nem sequer se preocupou em lembrar.

Ao cometer todas as suas fraudes, Blair preferiu se travestir no lobo hobbesiano, optando por agir como se estivesse em es-



tado de natureza, sem fazer parte do contrato social que rege as relações entre os indivíduos. Ele esqueceu-se de que fazia parte de um contrato mais amplo que seu vínculo empregatício com o *NYT* – o de reportar a veracidade dos fatos à sociedade. Entre publicar o fato *grisé* e a ficção colorida, optou-se pela ficção, sem se levar em conta que poucas coisas são mais inseridas na sociedade do que a comunicação social, cujo papel é justamente o de fazer parte da transmissão de cognição para o coletivo.

“[O jornalismo] nasce como guardião do equilíbrio de relações entre individual e coletivo, não só das relações constituídas como das almejadas. [...] O jornalismo se coloca, desde seu início, como guardião do papel do Estado em sua parte do acordo paralelamente a uma vigília sobre as igualdades sociais” (Gomes, 2002, p. 49).

Assim, o jornalista é o mediador da sociedade e nesse papel ele está absolutamente ligado ao contrato social. O jornalismo pode ser considerado um prisma ao contrário: enquanto aquele de fundamentação física recebe a luz e a dilui em várias camadas cromáticas, o jornalismo é aquele que capta a polifonia da sociedade, e trata de homogeneizá-la, tornando-a compreensível a todos os indivíduos. Jayson Blair subverteu este prisma e confundiu as vozes.

A PERDA DO OLHAR

Outras possíveis respostas que tentam compreender as atitudes de Blair dizem respeito ao seu próprio *modus operandi* que, na verdade, tende a ser um caso exponenciado de uma vertente recente do fazer jornalístico. As pressões cada vez mais incisivas dentro das redações, clamando por produtividade e respeito estrito aos horários de fechamento das edições – os chamados *dead lines* –, a face mais cruenta da tecnologia – que, se acelera e dinamiza o

ritmo de produção, afasta o jornalista de seu objeto, propiciando um sem-número de entrevistas a distância – e a utilização cada vez mais indiscriminada do *off the records*, quando a fonte não é identificada na reportagem, acabam por levar o jornalista a um paroxismo, esquecendo-se do mundo sensível que há fora das redações e se encapsulando na frieza do texto despersonalizado, perdendo o olhar crítico e mediador que deve nortear seu trabalho. Essa conduta profissional, que também prescinde de geografia, é justamente a fonte de muitas críticas feitas por parte de jornalistas que vivenciaram as ruas e as redações quando o mecanismo era parco mas as idéias, não. Um desses críticos é o jornalista americano Gay Talese, que escreveu uma alentada história do *The New York Times*, *O Reino e o Poder*. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, Talese diz:

“Não fazemos matérias direito, porque a reportagem se tornou muito tática, confiando em e-mail, telefones, gravações. Não é cara a cara. Quando eu era repórter, nunca usava o telefone. Queria ver o rosto das pessoas. [...] Isso é muita tecnologia no jornalismo. Não se anda na rua, não se pega metrô ou um ônibus. Esse é um ponto. Ponto dois: não há atribuição suficiente de declarações às pessoas. Deveria ser o fim das pessoas falando *off the records*. [...] Os repórteres ficaram muito preguiçosos. Eles estão tão preguiçosos que isso os leva a mentir” (*Folha de S. Paulo*, 8/6/03).

A questão do *off* também foi abordada por outro jornalista americano, Bill Kovach, co-autor do livro *Os Elementos do Jornalismo*, que acaba de sair no Brasil pela Geração Editorial. Kovach, na redação, subverteu a prática da inviolabilidade das fontes jornalísticas. “Quando fui editor, impus uma regra. Eu tinha que conhecer a identidade de toda e qualquer fonte para tomar a decisão final sobre se ela seria ou não usada. Para mim o repórter tinha que revelar. Acredito que esse é um cuidado indispensável quando se recorre a fontes anônimas” (*Folha de S. Paulo*, 22/6/03).



Outro ponto focado por Kovach diz respeito justamente ao ambiente que se formou dentro das redações e à própria competitividade entre os veículos de informação. Diz ele que:

“Apesar da pregação em contrário, o jornalismo tem valorizado o sensacional e o pitoresco em detrimento da solidez na apuração. [...] Num ambiente hipercompetitivo, com oferta ininterrupta de notícias, muitos editores enfatizam a necessidade de ser o primeiro a dar uma história quente e atribuem menos valor à verificação das informações. Isso abre a porta para Jayson Blair e assemelhados. É bom ser o primeiro. Mas evidentemente não é bom ser o primeiro a errar” (*Folha de S. Paulo*, 22/6/03).

CONCLUSÃO

O exposto, obviamente, não serve para justificar a atitude de Jayson Blair, mas de uma certa forma põe a nu o comportamento profissional e ético que as redações têm assumido nos últimos tempos. São comportamentos que, se por um lado dinamizam a produção e fortalecem a forma, por outro, enfraquecem o conteúdo e, em um caso extremo, propiciam casos como o de Jayson Blair. Ao injetar cores fortes às suas narrativas, talvez ele até pudesse acreditar que estava prestando um serviço ao jornal que o empregava ou mesmo ao seu leitor, seguindo uma questionável tendência da notícia escandalosa, do entretenimento e da vendagem a todo custo. O *NYT* tem uma tiragem diária durante a semana de 1,113 milhão de exemplares, e aos domingos esse número cresce para 1,672 milhão. Blair,



com sua ficção fraudulenta, talvez tenha ajudado a manter esses dados em um patamar elevado. Seus editores talvez tenham acreditado também nisso. Mas o leitor, a outra e mais importante ponta desse emaranhado de relações, não pensa o mesmo. No dia 30 de maio, quase um mês após a divulgação do caso Blair, o Instituto Gallup divulgou uma pesquisa sobre a credibilidade da mídia. Os números não deixam dúvidas: 62% dos americanos acham que a imprensa traz informações inexatas, contra apenas 36% para aqueles que crêem que os fatos são relatados de forma apropriada. São números que, antes de serem apenas uma estatística, deveriam levar todos os envolvidos no processo do fazer jornalístico a uma profunda reflexão quanto ao seu papel social.

BIBLIOGRAFIA

- BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- GOMES, Mayra Rodrigues. *Ética e Jornalismo*. São Paulo, Escrituras, 2002.
- PERUZZO, Círcia M. Krohling. “Ética, Liberdade de Imprensa, Democracia e Cidadania”, in *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. XXV, n. 2, Intercom/CNPq, julho-dezembro/2002.